

JORNAL DO Baixo Guadiana

ASSINE O JBG
POR APENAS
10€ AO ANO



porque esta região diz-lhe muito

Director: Carlos Luis Figueira
Propriedade da Associação ODIANA
Fundado pela Associação Alcance em 2000

Jornal Mensal
Ano 12 - Nº145

JUNHO 2012
PREÇO: 0,85 EUROS

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS AUTORIZADAS E CIRCULAR EM INVOLUCRIMENTOS DE PLÁSTICO DO PAPEL. PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL. DE 01/2011 00000000

TAXA PAGA PORTUGAL COM NOTAS

“O mais importante na CCDR é continuar a combater as assimetrias”



David Jorge Mascarenhas dos Santos é o novo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, designado pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. O presidente da CCDR é por inerência o novo gestor do programa PO Algarve 21, os fundos europeus do FEDER para a Região. Adiantando que a iniciativa privada que recorre aos fundos comunitários é crescente, lembra que cabe às empresas protagonizar a mudança de paradigma do desenvolvimento da região que subsiste do binómio turístico sol-praia, mas que deverá voltar-se para o mar e agricultura. Avança que o desassoreamento do Guadiana foi aprovado no atual Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) numa candidatura ao Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP); e caso se verifique a sua normal execução até finais de 2013 teremos o rio Guadiana navegável.

> P 13 a 15

Grande Reportagem

> P 8 e 9

Há cursos que são autênticas alternativas para jovens em percurso escolar

Os alunos que frequentam os Percursos Curriculares Alternativos e os Cursos Educação Formação são uma minoria, que estando de costas voltadas para o ensino dito «normal» seguem uma segunda via que os motiva mais para a Escola.

Por outro lado, no ensino secundário em Vila Real de Santo António 50% dos alunos já escolhem os cursos profissionais, que dão acesso a duas saídas: o trabalho ou o ensino superior. Os cursos profissionais servem as apetências dos jovens, mas também preparam mão-de-obra especializada que está a fazer falta no mercado de trabalho. Ainda no percurso das ofertas curriculares, também em terras pombalinas, existe a Escola de Hotelaria e Turismo (EHT) que no ano letivo 2011/2012 bateu recordes no número de alunos; que já definiram aquilo que querem ser num futuro que está à espreita.



ALCOUTIM

«AMIGOS DE ALCOUTIM» EXIGEM REFORÇO DA TELEVISÃO DIGITAL TERRESTRE

> P 12

CASTRO MARIM

TARIFA DE SANEAMENTO BÁSICO VAI SER REVISTA AVANÇA CÂMARA

> P 7

VRSA

HORTAS E MATADOURO JÁ TÊM GUARDA EM PASSAGENS DE NÍVEL

> P 10

PUB



5º Festival de FADO AMADOR do ALGARVE

Centro Cultural António Aleixo
FADISTAS CONVIDADOS: PEDRO E TERESA VIOLA
Vila Real de St. António

OFERTA DE 10 BILHETES COM A ENTREGA DO JBG NA BILHETEIRA DO CENTRO CULTURAL ANTÓNIO ALEIXO

10 Fadistas a Concurso

09 de Junho às 21.30 h

Organização: Tudo Isto é Fado, Lda



Informações:
info@tudoistoefado.com
281 510 045 / 969 069 636

GRANDE ENTREVISTA

“O mais importante na é continuar a combater

David Jorge Mascarenhas dos Santos é o novo presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve, designado pela Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território. O presidente da CCDR é por inerência o novo gestor do programa PO Algarve 21, os fundos europeus do FEDER para a Região. Salientando que a iniciativa privada que recorre aos fundos comunitários é crescente, lembra que cabe às empresas protagonizar a mudança de paradigma do desenvolvimento de uma região que subsiste do binómio turístico sol-praia, mas que deverá voltar-se para o mar e agricultura. Adianta que o desassoreamento do Guadiana foi aprovado no atual Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN) numa candidatura ao Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP); e caso se verifique a sua normal execução até finais de 2013 teremos o rio Guadiana navegável.



David Santos revela que a grande maioria de candidaturas a fundos comunitários devido

Susana de Sousa

Jornal do Baixo Guadiana: A nível nacional está a ser levada a cabo uma reprogramação estratégica do QREN, cujo principal objetivo é relançar a competitividade e a criação de emprego. Esta medida suspenso para os municípios, associações, regiões autónomas e fundações até ao final de junho a aprovação de financiamento comunitário, bem como a abertura de novos concursos. Podemos afirmar que maior parte do investimento participativo no Algarve está neste momento suspenso?...

David Santos: O que está suspenso tem que ver com o Programa Operacional Algarve 21 (PO Algarve 21), nomeadamente os Eixos 2 e 3 reservados a entidades públicas, e, como referiu, a suspensão deverá ser levantada em junho. Tendo em conta a situação da elevada percentagem de desemprego, entendeu o Governo, e bem, promover a reprogramação estratégica e verificar quais os projetos que eventualmente não estariam a cumprir todos os pressupostos contratualizados. O Governo quer que se aposte mais nas empresas e na criação de emprego e deixar um pouco de lado a política do betão, ou seja, as obras públicas. Eu acho que algumas obras farão sentido, mas outras não. Vamos ver o que surge desta reprogramação para se decidir o que fazer.

O POCTEP, que nada tem que ver com o PO Algarve 21, não está suspenso; já teve uma primeira fase cujas obras estão praticamente concluídas

e agora estamos numa segunda fase com obras em execução. Portanto, na questão da cooperação transfronteiriça que, essencialmente, tem a ver com os municípios de Alcoutim, Castro Marim e Vila Real de Santo António, não há qualquer tipo de constrangimento com as candidaturas que têm avançado.

JBG: Também conhecida como «ação de limpeza», quais as virtudes que encontra na reprogramação do QREN em Portugal?

DS: Houve beneficiários, quer privados quer públicos, que perceberam que não tinham condições de levar as suas candidaturas e projetos para a frente. Tivemos rescisões que não necessitaram de decisões unilaterais. Em princípio, salvo alguma exceção, apenas temos duas candidaturas no Algarve com possibilidade de cair. Uma do antigo Governo Civil, que com a sua extinção a candidatura cairá, mas no futuro deverá abrir alvo de uma reformulação, pois servirá para equipar os Bombeiros no Algarve. Outra candidatura é da extinta Administração da Região Hidrográfica do Algarve (ARH) que passou para a Agência Portuguesa do Ambiente (APA), mas caso a APA assim o entenda deverá ser mais uma candidatura reativada no futuro.

JBG: Surge a necessidade de voltar mais os fundos comunitários para o investimento e promoção do emprego. Podemos afirmar que essa era uma lacuna do QREN, ou seja, que pecava por estar desajustado, voltada para as obras públicas?

DS: Não é essa a questão e os dados

comprovam isso mesmo. Se verificarmos os números, para o Eixo 1 estão reservados 88.646.021 milhões de euros. Ou seja, em 174 milhões de euros cerca de 50% está reservado para o setor privado! E tínhamos no Eixo 2, para a proteção e qualificação ambiental no setor público, 18 milhões e para o Eixo 3 que se destina à Valorização Territorial e Desenvolvimento Urbano, também destinado ao setor público, 60 milhões de euros. O que agora poderá haver com a reestruturação estratégica é a canalização de alguma da verba dos Eixos 2 e 3, tendo em conta que as taxas de execução e compromisso não são grandes, para o Eixo 1, direcionando o setor privado na promoção de emprego, empresas, internacionalização e inovação.

JBG: Portanto, o objetivo é reforçar a possibilidade dos privados acederem aos fundos comunitários...

DS: Exatamente, apesar de nos últimos concursos relativos a incentivos já termos batido os recordes de candidaturas. A banca para emprestar fá-lo com *spreads* elevadíssimos e as pessoas acabam por recorrer aos sistemas de incentivos numa perspectiva de executar a candidatura e ter um prémio de mérito; ou seja, caso os objetivos sejam atingidos poderemos transformar 75% desse fundo a fundo perdido. É uma forma de financiarmos os projetos. Caso não atinjam os objetivos traçados terão de devolver 100% da verba, num prazo limite estipulado, mas com a vantagem de não acarretar juros.

JBG: Esta é uma oportunidade, que se valoriza ainda

mais em tempo de crise?!

DS: É uma oportunidade, mas sempre na ótica da inovação, conhecimento e competitividade. Não se tratam de fundos de tesouraria, como existem, entre outros, os «PME Investe».

“No Algarve a maioria das câmaras não deve poder concorrer aos Fundos comunitários para realização de obras porque não conseguem através dos seus orçamentos cumprir essa nova lei [«Lei dos Compromissos»].”

JBG: Tendo em conta que a reprogramação do QREN prevê transferir verba disponível do setor público para o privado como estão as entidades públicas a encerrar esta medida?

DS: As entidades públicas, essencialmente os municípios, com a aprovação da «Lei de Compromissos», que está numa fase de adaptação, têm denunciado alguns constrangimentos a este nível. Enquanto não for regulamentada a «Lei dos Compromissos» e não soubermos como serão utilizados os mil milhões de euros atribuídos pelo Governo aos municípios não podemos dar uma resposta objetiva.

No Algarve a maioria das câmaras não deve poder concorrer aos fundos comunitários para realização de obras porque não conseguem através dos seus orçamentos cumprir essa nova lei. Penso que a regulamentação que irá sair, e o diálogo que tem sido estabelecido entre o Governo e os municípios, poderá encontrar algumas soluções para estes constrangimentos.

A título de exemplo, e no âmbito do POCTEP, existem projetos no Baixo

Guadiana que apoiámos e que são de extrema importância. No concelho de VRSA, a requalificação da Igreja Matriz de Cacula Velha mostrou-se determinante na preservação do património, pois não nos podemos esquecer que o turismo não é apenas o sol e a praia; passa também muito pela preservação do património, natureza e valorização de nichos turísticos, como a saúde e bem-estar. Em Castro Marim temos os exemplos da requalificação dos largos da Conceição e de Santo António, ou a requalificação de Almada D'Ouro. E em Alcoutim temos projetos apoiados, tais como a vedação envolvente ao campo de futebol, a cobertura do castelo e proteção das muralhas e da zona arqueológica. É importante valorizar o território porque os turistas que escolhem a nossa região já não procuram apenas o sol e praia, e essa também não é a nossa única oferta.

JBG: Quando diz que a maioria dos municípios não poderá aceder a fundos comunitários, devido à «Lei dos Compromissos», pressupõe também os municípios do Baixo Guadiana?

DS: VRSA apesar do investimento que fez nos últimos anos, e apresentando algum constrangimento orçamental, está a preparar-se para apresentar candidaturas. Já os municípios de Castro Marim e Alcoutim têm intenção de realizar empreitadas e não denunciaram qualquer constrangimento relativamente à «Lei de Compromissos».

JBG: No Algarve, qual o índice de investimento das entidades públicas em comparação com

CCDR as assimetrias”



municípios algarvios estão a suspender «Lei dos Compromissos»

“Um dos grandes problemas do turismo no Algarve é a sazonalidade (...) Se houver uma diversificação para outros nichos como o turismo de natureza, bem-estar e saúde, e cultura reduz-se esse problema”.

JBG: É um defensor da valorização dos recursos endógenos, tais como a pesca e a agricultura. Em que moldes é que a economia regional poderia transferir parte da sua ação produtiva do turismo para essas áreas?

DS: Um dos grandes problemas do turismo no Algarve é a sazonalidade, porque o modelo das últimas décadas assim o impôs. Se houver uma diversificação para outros nichos, como o turismo de natureza, bem-estar e saúde e cultura, reduz-se esse problema. Mas não vai ser suficiente porque o número de empregados que o turismo na época alta necessita vai ser sempre muito superior ao da época baixa. Daí que seja necessário sustentar o Algarve a partir do mar e da terra. Basta olhar para 50 anos atrás e verificarmos a existência de indústrias conservadoras que têm todas as condições para subsistir numa região banhada pelo mar. Na agricultura já fomos o maior produtor da Europa de frutos secos e hoje praticamente o que se mantém é a alfarroba... Não é possível, nem aceitável, que se continue a importar tantos produtos agrícolas. Ainda relativamente ao mar deveríamos dedicarmo-nos à aquicultura em *offshore* porque o nosso mar permite e temos o *know how*; e nesse aspeto a Universidade do Algarve é importantíssima.

Consideramos também que a aposta no mar deveria privilegiar o turismo náutico e subaquático e gostaríamos que os rios no Algarve só fossem navegáveis por barcos elétricos - são apostas que fizemos para um fórum atlântico para o próximo Fundo Comunitário de Apoio. Ainda em relação aos rios Guadiana e Arade entendemos que deve haver uma aposta clara em ancoradouros e navegabilidade. Foi aprovada uma candidatura no âmbito do POCTEP que tem como objetivo tornar o Guadiana navegável o mais possível. Acreditamos que servirá o desenvolvimento deste território ibérico que envolve Alentejo, Algarve e Andaluzia. Uma vez que Espanha também quer apostar na navegabilidade esta candidatura é conjunta, envolvendo as regiões do Alentejo, Algarve e Andaluzia.

“A candidatura foi aprovada na segunda convocatória do Programa de Cooperação Transfronteiriça e caso se verifique a sua normal execução até finais de 2013 teremos o rio Guadiana

navegável”

JBG: Para quando o tão ambicionado desassoreamento do Guadiana?!

DS: A candidatura foi aprovada na segunda convocatória do Programa de Cooperação Transfronteiriça e caso se verifique a sua normal execução até finais de 2013 teremos o rio navegável. É um projeto emblemático de cooperação transfronteiriça e um grande desafio para a Euroregião Alentejo, Algarve e Andaluzia.

Como sabe, o Algarve e Lisboa são consideradas regiões ricas na União Europeia; algo que não entendo, e as fragilidades da região algarvia hoje estão bem à vista, mas está-se a estudar ao nível europeu a criação de «Regiões de Transição». Serão cerca de 50 e o Algarve deverá ser uma delas. Significa que teremos muito mais verbas comunitárias a serem canalizadas para esta obra essencial.

JBG: Voltando à questão do turismo, e para melhorar a ação turística no Algarve têm havido candidaturas para a inovação competitividade e conhecimento no setor?

DS: Sim. E fizemos uma abertura no último concurso que permitiu que os hotéis, em zonas de alta densidade, pudessem candidatar-se para obras de recuperação. Antes os empreendimentos em concelhos junto à faixa litoral não se podiam candidatar, mas consideramos que mais do que termos novos hotéis o que precisamos é de requalificar os existentes. E a medida resultou porque tivemos diversas candidaturas nesse sentido.

JBG: Refere insistentemente que é necessário mudar ao nível do setor produtivo do Algarve. Há verbas comunitária adaptáveis para esta mudança de paradigma económico?

DS: Eu acho que a CCDR, estando a gerir os Programas Operacionais, deveria ter assento nos programas temáticos no que diz respeito às obras na região. Ou seja, acho que seria possível compatibilizar os fundos para abarcar o mais possível da economia; esta questão está a ser analisada. Há muitos fundos comunitários que a CCDR desconhece a sua utilização. Não queremos gerir esses fundos, mas estar a par das apostas que estão a ser feitas. Poderíamos ter um papel de análise para homogeneizar mais o Algarve, no que diz respeito às obras que são realizadas, e também permitir uma maior divulgação dos diferentes Fundos de apoio existentes.

JBG: O Fundo JESSICA poderá ser um exemplo de incentivo ao desenvolvimento regional que

procure alternativas ao afunilamento do setor produtivo turístico sol-praia?

DS: Esse é um mecanismo para se apostar nas zonas históricas e é um empréstimo que tem como juro desde a Euribor até ao limite de mais 2,5% de *spread*. Pode ser utilizado por entidades públicas e privadas. No Algarve já existe uma candidatura de Faro, mas sabemos que há outras a ser preparadas, nomeadamente em VRSA, Olhão, Lagos e Loulé. Vamos ver como conseguem concretizar; gostaríamos que houvesse maior aposta nessas zonas históricas.

JBG: Face à crise que tem arrastado o Algarve para o topo do desemprego, a mudança de paradigma económico deve, na sua opinião, ser alavancada pelas entidades públicas, privadas ou um misto?

DS: Se repararmos, os municípios têm uma importância grande no planeamento, mas a CCDR, através do PROT, já tem várias indicações das zonas onde poderá haver algum desenvolvimento. Sem a iniciativa privada não é possível mudar a ótica de desenvolvimento do Algarve. As autarquias e o Estado têm vários constrangimentos financeiros que vão perdurar alguns anos e que vai impossibilitar a aposta em investimentos diferenciadores. O papel do público deverá ser cada vez mais o de criar regras, mas simplificar o modo da sua aplicação.

JBG: Ao nível dos Fundos comunitários o que está disponível para as empresas do Algarve?

DS: Em abril encerraram concursos do Sistema de Incentivo no valor de 23 milhões de euros. O que está disponível não posso dizer porque estamos na fase de avaliação das candidaturas; só depois dessa avaliação, de se perceber o que é elegível e não, é que podemos aferir o que sobra. O que posso dizer é que a reprogramação estratégica pode alavancar mais verba no setor privado.

JBG: No território do Baixo Guadiana é frequente os autarcas contestarem o Ordenamento do Território, acusando o Plano Regional, e a CCDR, de obstaculizarem o desenvolvimento. Certamente está atento a estas críticas. Como as acolhe?

DS: Essencialmente, penso que tem a ver com o seguinte: há uma política seguida em Portugal, que é o proibir e depois de proibir ver o que se pode fazer. Há concelhos, nomeadamente Alcoutim, que devido à sua localização têm de preservar a sua natureza. Mas também devem existir mecanismos que permitam o investimento privado

para combater as assimetrias. Daí que o próprio PROT [Plano Regional de Ordenamento do Território] tenha previsto três figuras que permitem construir em muito mais área. São os Núcleos de Desenvolvimento Turístico, Núcleo de Desenvolvimento Económico e o Plano de Intervenção em Espaço Rural que permitem em zonas não urbanas, ou seja rurais, realizar determinados empreendimentos. A mentalidade que tem que persistir é a fomentação do emprego e desenvolvimento nas zonas deprimidas e o PROT é o instrumento que mais possibilita essa realidade.

JBG: Teme, de alguma forma, sentir-se impotente para fazer vingar as ambições dos autarcas e empresários do Algarve junto dos pontos de decisão centrais?

DS: Creio que há da parte dos autarcas, Governo e CCDR um entendimento de que nada se faz sem que todos os interesses sejam conciliados. O nosso papel é cumprir a legislação e acompanhar os anseios dos municípios no que respeita a certos investimentos. A parte económica deve ser conciliada com a parte ambiental e social.

JBG: Quais as repercussões que espera da reforma administrativa em relação à aplicação dos fundos comunitários?

DS: A reforma administrativa tem a ver com muitas questões, não apenas com a redução de freguesias, mas com a redução de dirigentes, de alterações na Lei das Finanças Locais... Mas, como está comumente aceite que nos municípios não haverá alterações, creio que o impacto não será significativo. A vantagem que reconheço é nas competências que podem passar para as comunidades intermunicipais, reativando os Planos Intermunicipais o que pode fazer com que se trabalhe mais em rede nos investimentos feitos. Esta alteração pode ajudar ao fomento do planeamento intermunicipal. No caso do Baixo Guadiana através da Associação Odiana já existe uma política de intermunicipalidade que é de registo.

JBG: Presidir à CCDR Algarve será certamente um grande desafio. Quais os objetivos que traçou para esta etapa?

DS: O mais importante na CCDR é continuar a combater as assimetrias. O Algarve tem mesmo de deixar de ser um destino de apenas sol e praia e apostar muito mais no Mar, na Terra; e aí a CCDR tem um papel determinante não só através do PROT, mas também dos Fundos comunitários. E tudo o que tenha a ver com a iniciativa privada iremos ajudar a incrementar.